

3414,761
C1412
Tombo 11023/12
Sysno 1178981

Titulo original: ELOGIO DEI GIUDICI SCRITTO DA UN AVVOCATO.
 Copyright © 1989 Ponte alle Grazie editori srl, Firenze.
 Copyright © Livraria Martins Fontes Editora Ltda.,
 São Paulo, 1995, para a presente edição.

1ª edição
 junho de 1995
 5ª tiragem
 fevereiro de 2000

Tradução
 EDUARDO BRANDÃO

Revisão técnica
 Sérgio Servallo da Cunha
 Revisão gráfica
 Teresa Cecília de O. Ramos
 Andréa Stahel M. da Silva
 Produção gráfica
 Geraldo Alves
 Capa
 Roberto Innocenti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Calamandrei, Piero.
 Eles, os juízes, vistos por um advogado / Piero Calamandrei ;
 [tradução Eduardo Brandão]. – São Paulo : Martins Fontes, 1995.

Título original: Elogio dei giudici scritto da un avvocato.
 ISBN 85-336-0401-7

1. Advogados – Itália 2. Juízes – Itália 3. Justiça I. Título.

95-1842

CDU-347.96(450)

Índices para catálogo sistemático:

1. Itália : Advogados e juízes 347.96(450)
2. Itália : Juízes e advogados 347.96(450)

Todos os direitos para a língua portuguesa reservados à
 Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
 Rua Conselheiro Ramalho, 330/340
 01325-000 São Paulo SP Brasil
 Tel. (11) 239-3677 Fax (11) 3105-6867
 e-mail: info@martinsfontes.com
 http://www.martinsfontes.com

O presente volume foi traduzido da
 4ª edição de *Elogio dei Giudici*,
 publicada em 1959, da qual se reproduz
 também o projeto gráfico.

O advogado que se queixa de não ser compreendido pelo juiz não critica o juiz, mas a si mesmo. O juiz não tem o dever de compreender; o advogado é que tem o dever de fazer-se compreender. Entre os dois, quem está sentado esperando é o juiz; quem está de pé e deve mover-se e aproximar-se, inclusive espiritualmente, é o advogado.



Entre todos os ofícios judiciários, o mais árduo parece-me o do acusador público, o qual, como sustentador da acusação, deveria ser tão parcial quanto um advogado e, como guardião da lei, tão imparcial quanto um juiz.

Advogado sem paixão, juiz sem imparcialidade: este é o absurdo psicológico em que o representante do Ministério Público, se não tiver um senso de equilíbrio especial, correrá o risco de perder a cada instante, por amor à serenidade, a generosa combatividade do defensor ou, por amor à polêmica, a desapassionada objetividade do magistrado.



Ao advogado, quando trata com o juiz, não desabona a humildade, que não é nem vileza, nem adulação diante do homem, mas reverência cívica à alteza da função.

Às vezes, entre os magistrados que se sentam diante de mim, reconheço um pelo qual, como homem, não tenho muita estima. Sei que alguns, como juristas, valem menos que eu; sei que, enquanto me desdobro para lhe explicar com clareza as razões do meu cliente, ele não consegue entender o que digo, ou não quer entender, porque já antes de me ouvir decidiu não me dar razão. No entanto, quando veste a toga, inclino-me diante dele com sincero senso de deferência, porque vejo nele a idéia da sua função — respeito o juiz não pelo que ele é, mas pelo que deveria ser.

Mas ao juiz também não desabonaria a humildade (no entanto bem mais rara) diante do advogado, porque este, ainda que como defensor valha pouco, representa diante do juiz a idéia igualmente augusta da defesa.



Confidência de um juiz no fim da audiência: — Quem disse que nas causas cíveis o debate oral não serve para nada? Antes dos arrazoados dos advogados, eu estava em dúvida. Falou o defensor do demandante, e compreendi que o demandante estava errado; mas depois, para sorte do demandante, falou o defensor do demandado; então tive de me convencer de que o demandante tinha mesmo razão.

O cliente não sabe que, muitas vezes, depois de uma vitória, deveria ir abraçar comovido não seu advogado, mas o advogado adversário.



As vezes me pergunto, ao ver como falam ou escrevem certos advogados, se a função do defensor não é, em vez de pôr em evidência as razões do seu cliente, pôr em evidência suas desrazões, de modo que o juiz atento sempre possa, com segurança, ir

buscar a razão de uma parte no arrazoado do advogado adversário.



A brevidade das defesas escritas e orais (nós, advogados, nunca conseguimos aprender isso!) é, talvez, o meio mais seguro para ganhar as causas, porque o juiz, não sendo obrigado a se cansar na leitura de grossos memoriais ou a assistir bocejando a sustentações intermináveis, presta atenção com mente fresca no pouco que lê ou escuta, não precisa fazer complicadas recapitulações para compreendê-lo, e a gratidão para com o defensor que reduziu ao mínimo sua fadiga o induz a lhe dar razão, mesmo que esteja errado. A brevidade e a clareza, quando conseguem estar juntas, são os meios seguros para corromper honestamente o juiz.

Demonstra essa verdade um fato realmente acontecido, que poderia parecer um apólogo. Numa audiência penal em pretura, presidida por um advogado na função de vice-pretor honorário, e que já durava várias horas, só faltava tratar de uma causa, relativa a uma contravenção. Passava do meio-dia; o vice-pretor estava com pressa de ir comer. A

sala de audiências estava vazia; só ficara o acusado com seu defensor e outro advogado, que fazia as vezes de Ministério Público, ambos amigos do vice-pretor.

Então este, de seu assento, advertiu:

— Darei razão a quem falar menos. Com a palavra a acusação pública!

O advogado que fazia as vezes de Ministério Público levantou-se para o seu requisito: aquela contravenção comportava uma pena máxima de três meses de detenção. Estendeu a mão direita com os três dedos erguidos e disse:

— Três!

E sentou-se.

Então levantou-se o defensor. Não disse nada: fez que não com a cabeça, encolheu os ombros, piscou o olho e tornou a sentar-se.

O acusado foi absolvido.



* No dia em que chegar a esta Terra um marciano, mandado em breve exploração de uma hora para ver como vão as coisas aqui embaixo, o que lhe mostrarei para fazê-lo compreender o grau de civilização alcançado por nosso planeta?

Não um televisor, é claro, nem uma lambreta, nem um aeroporto, nem uma bomba atômica; em vez disso, eu o convidarei a assistir comigo, durante aquela hora, a uma sessão de julgamento.

Não há por que sorrir. Das muitas audiências de que participei, algumas vezes (uma em cem) tive a sorte de poder assistir a uma cena que considero capaz de comover até a um habitante de Marte.

Uma sala moderadamente iluminada, distante da barulheira, apartada, num antigo palácio gentilício, com móveis e quadros antigos: um ar de recolhimento e de respeitosa familiaridade; o presidente autoritário, mas cortês; os magistrados atentos aos arrazoados dos defensores, melhor ainda, desejosos de ouvi-los até o fim; os advogados, bem compostos na beca, tranquilos e discretos na discussão, concentrando-se nos temas essenciais, sem divagações inúteis e sem modulações oratórias, convencidos, ambos, da validade de suas razões, mas respeitando um ao outro, sem nunca adotarem ares de querer subjugar o adversário com sua autoridade ou com sua destreza. No fim, cumprimentam-se, tranquilos e serenos, amigos como antes, entre eles e com os juízes. A decisão será o que for: os juízes meditarão, repensarão, concluirão. Mas cada defensor sabe ter feito o que pôde, sem faltar com o respeito nem para com os juízes, nem para com o adversário, nem para consigo mesmo, confiando apenas na força da

busca de uma brecha por onde se enfiar; não a consegue encontrar e continua a dar voltas; de repente, parece ter encontrado e baixa, mas logo em seguida torna a subir e recomeça a vagar entre as nuvens. Então bate uma angústia, quase dá vontade de ir até o piloto para lhe perguntar se você também pode ajudar de algum modo a encontrar o caminho de volta à terra.

Essa sensação, porém, não me era nova. Experimentei-a várias vezes em audiência, quando certos oradores, depois de dizerem o que têm a dizer, não conseguem mais encontrar o modo de terminar; e dão voltas e mais voltas, sempre em torno dos mesmos argumentos, em busca de uma bela peroração. Mas, quando parece que finalmente a encontraram, tornam a alçar vôo, emplumando-se no vazio das frases, por não terem calculado bem a medida do último período.

Então o pobre juiz tem vontade de intervir: — Advogado, se não está conseguindo aterrissar, dou-lhe uma mão: diga assim...



Um profano, que nunca havia assistido à discussão de uma causa cível, entrou certa feita, acompanhado de um magistrado seu amigo que lhe servia de guia, numa sala de sessões; viu que nos dois bancos da defesa, separados por um breve intervalo central, estavam sentados, cotovelo contra cotovelo, bem uns dez advogados de beca, cinco de um lado, cinco do outro. Ele acreditava que todos os dez iriam tomar parte nos debates, mas só dois falaram, um para cada parte; e no fim levantou-se, para seu requisitório, o procurador-geral.

Ao sair, perguntou a seu acompanhante o que estavam fazendo ali, ao lado dos dois advogados que falavam, os outros oito, mudos. Respondeu o magistrado:

— Nas causas mais importantes, a defesa é orquestral: cada parte contrata sua orquestrinha, isto é, um colégio de defensores, cada um dos quais toca seu instrumento de acordo com a partitura musical preestabelecida.

— E como pode funcionar essa orquestrinha, se quatro dos cinco instrumentistas estão em silêncio?

— O silêncio também tem seu valor em música. Além do mais, não quer dizer que todos os instrumentos que compõem aquela orquestrinha sejam feitos para serem tocados na sessão de julgamento...

Como o outro mostrava não entender, o cortês acompanhante lhe deu a seguinte explicação:

— Você deve saber que na zoologia forense o gênero advogado se divide em várias espécies, cada uma das quais se subdivide em subespécies e variedades. Há o advogado simples (*advocatus merus*, de Lineu), em geral muito jovem, que é aquele que sua na biblioteca fazendo as pesquisas de doutrina e de jurisprudência, escrevendo as petições e preparando o esquema da defesa oral; há o advogado “de corredor” (*advocatus explorator seu commendator*), que, quando as salas estão fechadas, move-se como uma sombra pelos corredores e pelas antecâmaras, em busca de contatos úteis; e há o advogado “de cerimônia” (*advocatus ad pompam, seu luminar fori*), ao qual é reservada a função, final e meramente decorativa, de repetir oralmente em audiência os argumentos escritos nas petições do advogado simples, seu colega de defesa. Podemos acrescentar que cada uma dessas espécies se subdivide em diversas variedades. Por exemplo, os advogados de cerimônia podem pertencer a três subtipos diferentes: “insignes juristas”, “grandes oradores”, “respeitados parlamentares”; mas alguns zoólogos preferem classificar estes últimos, os respeitados parlamentares, entre os advogados de corredor, junto com os amigos de família (dos magistrados) e com os magistrados aposentados, inscritos de direito na Ordem dos Advogados.

— Mas por que afinal — pergunta o ingênuo — todos esses advogados perdem tempo indo ao julgamento, se um só deles deve falar?

— Porque cada um deles, com sua presença, quer lembrar ao seu cliente e aos juízes a importância da contribuição dada por ele à vitória comum; e talvez também porque têm a idéia de que os magistrados judicantes, ao vê-los enfileirados todos juntos, ficarão impressionados e não ousarão deixar de dar ouvidos a um colégio de defesa tão bem orquestrado.

— Mas o que pensam os juízes disso tudo?

— Não pensam nada, porque têm de pensar em fazer justiça segundo a sua consciência, sem se preocupar com essa exibição.



7 As vésperas do julgamento, minha cliente fica sabendo que a parte adversária associara na última hora à sua defesa um ex-magistrado, aposentado, fazia pouco, que até outro dia, antes de se inscrever na Ordem dos Advogados, exercera o ofício de procurador-geral naquele mesmo tribunal*.

* Na Itália, os membros do Ministério Público, além dos juízes, também são considerados como magistrados.

A cliente põe-se a fazer um escândalo: — Traição, traição! Também quero um ex-magistrado!

Com um pretexto qualquer, tivemos de adiar o julgamento por algumas semanas, a fim de contentar a cliente. Encontramos na praça um ex-presidente de tribunal e o associamos à nossa defesa. Não nos pediu para ler nossas petições, não abriu a boca na sessão; durante os debates, limitou-se a ficar solenemente sentado a meu lado (eu falava) e a olhar de quando em quando, com ar de desafio, para seu ex-colega de magistratura, que, sentado no banco da defesa adversária, também olhava e se calava: sutil jogo de contrapesos de chumbo na balança da justiça.



* Defenda as causas com zelo, mas sem exagerar. O excesso de doutrina, a excepcional ostentação de citações de autores, o refinado virtuosismo dialético cansam o juiz. Se você escreve demais, ele não lê; se você fala demais, ele não ouve; se você é obscuro, ele não tem tempo para tentar compreendê-lo. Para ganhar as causas, é necessário empregar argumen-

tos medianos e simples, que ofereçam ao juiz o fácil caminho da menor resistência.

Disse, suspirando, aquele advogado ao saber que perdera uma causa a que dedicara seis meses de zelosíssimos esforços:

— Não a defendi bastante mal para merecer ganhá-la.



Uma sessão das turmas conjuntas do Tribunal de Cassação durou das nove da manhã às sete da noite. Terminada a sessão, os ministros deliberaram por mais duas horas na câmara de conselho. Saíram tarde da noite, descompostos e cambaleantes, depois de doze horas de trabalho: dez horas ouvindo e duas tirando as conclusões do que tinham ouvido.

Nas dez horas de sessão foram debatidos dez recursos. Cada debate compunha-se de quatro intervenções: primeiro, o ministro relator referiu oralmente os precedentes da causa; falou depois o advogado do recorrente; depois o do recorrido; por fim, o Ministério Público fez o seu requisitório. Dez recursos, ao todo quarenta intervenções; dividindo dez horas por quarenta, vê-se que, em mé-